

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.167 - PR (2019/0045985-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A**  
**ADVOGADOS : IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO E**  
**OUTRO(S) - PR025814**  
**FERNANDO TRINDADE DE MENEZES - PR049826**  
**EMBARGADO : TRANSPORTES RODOVIÁRIOS BRASÍLIA LTDA - EMPRESA**  
**DE PEQUENO PORTE**  
**ADVOGADO : RODRIGO COSTA GONZALEZ - PR057524**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. EXISTÊNCIA.

1. A existência de omissão na decisão embargada conduz ao acolhimento da pretensão.
2. Embargos de declaração acolhidos, apenas para sanar omissão quanto à distribuição dos ônus sucumbenciais e à majoração dos honorários advocatícios.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração interpostos por MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A contra decisão unipessoal que não conheceu do recurso especial interposto pela embargada, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM REPARAÇÃO POR PERDAS E DANOS. SEGURO DE VEÍCULO. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de cobrança cumulada com reparação por perdas e danos em razão de atraso e pagamento a menor de indenização securitária referente a roubo de caminhão.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
4. Recurso especial não conhecido.

No presente recurso, aponta a embargante suposta omissão na decisão embargada, porquanto deixou de esclarecer se os honorários

sucumbenciais deverão ser distribuídos entre as partes.

**É O BREVE RELATÓRIO.**

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, na decisão impugnada, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

De fato, há omissão na decisão embargada quanto à distribuição dos ônus sucumbenciais e à majoração dos honorários advocatícios.

Por essa razão, complemento o seguinte parágrafo do dispositivo da decisão embargada:

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 18% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 658) para 20%, somente em desfavor da recorrente, mantida a distribuição dos ônus sucumbenciais fixada na origem.

Forte em tais razões, ACOLHO os embargos de declaração, para sanar omissão quanto à distribuição dos ônus sucumbenciais e à majoração dos honorários advocatícios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 10 de junho de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora